

---

de criar com este trabalho uma matéria de conteúdo" inicial, como fonte de temas para confecção de hipóteses sobre o sentido do medicamento. Segundo ele, em trabalhos futuros que testem tais hipóteses, se poderá obter "matéria de conteúdo" mais refinada, ou seja, temática mais específica que permitirá

definir melhor este campo dinâmico de sentido ligado ao medicamento e, por extensão, à saúde nas sociedades de consumo contemporâneas.

*Brani Rosemberg*

*Departamento de Ciências Biológicas  
Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz*

---

**Saúde e Sociedade.** *Augusta Thereza da Alvarenga & José da Rocha Carneiro, (eds.). Publicação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e da Associação Paulista de Saúde Pública: São Paulo, Brasil, 1992, semestral. Assinaturas: Saúde e Sociedade. Avenida Dr. Arnaldo, 715, São Paulo, SP, 01246-904, Brasil.*

Queremos saudar e dar boas-vindas a um novo veículo destinado à divulgação e discussão de temas e idéias vinculadas à saúde pública/coletiva.

Foi lançada, em São Paulo, a Revista *Saúde e Sociedade*, sob a responsabilidade da Associação Paulista de Saúde Pública e Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Talvez em função dessa duplicidade, conta com a dupla de editores Augusta Thereza de Alvarenga e José da Rocha Carneiro.

A finalidade deste novo periódico, que se propõe a ser bianual, está expressa na contracapa do primeiro número: *Saúde e Sociedade é uma revista que tem por finalidade divulgar a produção das diferentes áreas do saber sobre as práticas de saúde, visando o desenvolvimento interdisciplinar do campo da saúde pública. Destina-se à comunidade de profissionais do campo da saúde, docentes, pesquisadores, especialistas da área da saúde pública/coletiva e de áreas afins.*

Pela qualidade e competência dos nomes que compõem a Comissão Editorial e pela amostra de autores e conteúdos dos artigos que aparecem neste primeiro número, estamos pressagiando o nascimento não de mais uma revista, mas sim de uma nova revista em saúde pública/coletiva. E, aqui, adotamos para "nova" o

mesmo sentido adotado pela Comissão Editorial: o de inovar.

Aliás, assim se expressa a Comissão Editorial, representada por Aracy Witt de Pinho Spínola (Diretora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo) e Álvaro Escrivão Júnior (Presidente da Associação Paulista de Saúde Pública): *Saúde e Sociedade nasce com o propósito de inovar no campo da saúde pública. Inovar significa, para nós, propiciar espaço para que aflore um novo tipo de reflexão sobre os problemas de saúde pública/coletiva que afetam nosso país e todo o continente latino-americano. Os problemas, é certo, nem sempre são novos, como é o caso do ressurgir do cólera em nosso continente e em nosso país, mas o modo de pensá-los é necessariamente novo; nisto consiste nosso desafio.*

E em que consiste este modo de pensar que é necessariamente novo? Ainda segundo o ponto de vista da Comissão Editorial, esta inovação está na importância que a mesma confere a uma maior interação entre universidade e serviços de saúde, com vistas à produção de conhecimento, incentivando a divulgação da reflexão sobre as práticas de saúde e estimulando a participação mais ativa dos profissionais de saúde na criação de um espaço para o debate das mesmas. É, pois, pretensão do novo periódico *favorecer a criação de um novo vínculo forte, orgânico e de caráter permanente dos profissionais de saúde pública que trabalham nas universidades com aqueles que atuam nos serviços de saúde, permitindo caracterizar Saúde e Sociedade como uma revista realmente nova.*

A proposta fundamental de *Saúde e Sociedade* consiste em: (1) divulgar um tipo de reflexão científica rigorosa, mas de caráter ensaístico;

(2) incitar a polêmica, de sorte a que se instaure, entre os profissionais do campo, um saudável clima de debates de idéias, propostas e práticas; (3) abrir maior espaço para áreas das ciências humanas cuja contribuição ao campo de saúde pública/coletiva apresenta-se como primordial; (4) promover a divulgação de práticas inovadoras, em fase de proposta ou de desenvolvimento nos serviços de saúde, que venham enriquecer o debate no campo.

O conteúdo deste primeiro número de *Saúde e Sociedade* conta, além do editorial já referido, com as seguintes contribuições:

• R. B. M. Gonçalves (*Cecília Donnangelo Hoje*). Com um extraordinário poder de síntese, o autor ressalta o pensamento e o ideário desta significativa figura de pensador, na área da saúde coletiva, que é Cecília Donnangelo (o verbo no presente é intencional) e as repercussões e conseqüências, no presente, em relação à apreensão e à transformação das práticas de saúde, com especial ênfase na prática médica.

• L. J. da Silva (*Vigilância Epidemiológica: Uma Proposta de Transformação*). O autor, em seu *abstract*, ressalta que *O Brasil ainda não construiu um sistema eficiente e confiável de vigilância epidemiológica. A existência desse sistema é fundamental para a implantação de um Sistema Único de Saúde minimamente eficiente. A disponibilidade de meios para a análise de informações permite a organização de um sistema razoável de vigilância epidemiológica em tempo relativamente curto. Há necessidade de níveis de análise independentes que possam empreender um trabalho com planejamento a longo prazo e relativamente livre de pressões políticas e econômicas. A evolução dos meios de processamento e análise de informações e as transformações da clínica e da epidemiologia, particularmente no relacionamento entre as duas, são pontos fundamentais na proposta. A proposta básica é a dissociação dos níveis de análise dos órgãos de administração direta e a descentralização do sistema de vigilância epidemiológica.*

• B. A. F. Perrenoud & J. C. de Moraes (*O Sistema de Vigilância Epidemiológica sob a*

*Crise do Setor Saúde*). Neste artigo, os autores discutem as intervenções que precederam a atual crise do Sistema de Vigilância Epidemiológica do Estado de São Paulo e os pressupostos (segundo suas opiniões) que devem orientar as propostas de solução. Considerando as relações com os níveis federal e municipal, busca-se adequar o atual Sistema de Vigilância Epidemiológica às diretrizes do Sistema Único de Saúde.

• J. da R. Carneiro (*Pestilências: Velhos Fantasmas, Novas Cadeias*). Com as próprias palavras do autor, são discutidos diversos aspectos relacionados com a epidemiologia e o controle de doenças que, pela natureza de seus processos endemo-epidêmicos, tornaram-se grandes fantasmas que assolaram a humanidade durante séculos — as *pestilências*. Relaciona-se seus respectivos processos com a história da humanidade, a organização das medidas e as próprias técnicas de combate. Menciona-se os fantasmas do passado representados, fundamentalmente, pelas Doenças Quarentenáveis, e o seu ressurgimento no mundo atual. Discute-se a emergência de novos fantasmas que assolam a humanidade: doenças crônico-degenerativas, violência e trauma, AIDS. Defende-se a idéia de que são alterações da estrutura epidemiológica que devem ser buscadas para explicitar as mudanças de perfil epidemiológico, em particular os processos endemo-epidêmicos das pestilências. Neste sentido, os velhos fantasmas, quando ressurgem, o fazem com características e estruturas epidemiológicas mudadas.

• S. M. Vianna (*A Seguridade Social, Sistema Único de Saúde e a Partilha dos Recursos*). O artigo está centrado em quatro questões que, de alguma forma, afetam a partilha dos recursos do Orçamento da Seguridade Social (OSS) entre os componentes desse sistema (saúde, previdência e assistência social): o papel do MTPS, caixa da seguridade e gestor de seu principal programa (benefícios previdenciários); a controvérsia quanto às responsabilidades desse orçamento, que tem sido utilizado para financiar políticas públicas (saneamento, merenda escolar, pagamento de inativos e pensionistas da União, etc.) que antes eram custeadas pelo orçamento fiscal

---

(recursos ordinários do Tesouro), e finalmente, a repercussão da estratégia de contingenciamento adotada pelo Governo, atingindo, inclusive, as contribuições sociais recolhidas pela Receita Federal (Finsocial, taxaço sobre lucros, loterias). No final é mencionada a criação de uma fonte específica para a saúde e a forma de partição automática entre União, Estados e Municípios. O autor conclui com cepticismo em relação a soluções para o financiamento do SUS que não passem pela retomada do crescimento econômico, combate à sonegação e à inadimplência de órgãos públicos e empresas privadas e, sobretudo, pela vontade política de fortalecer o sistema de saúde.

• E. D. Nunes (*As Ciências Sociais em Saúde: Reflexões Sobre as Origens e a Construção de*

*um Campo de Conhecimento*). O trabalho aborda as origens, desenvolvimento e perspectivas das Ciências Sociais em Saúde. Procura situar alguns pontos fundamentais relacionados à incorporação de um pensamento social em saúde no Brasil e faz parte de um amplo movimento que ocorreu no pós-Segunda Guerra, principalmente junto aos Departamentos de Medicina Preventiva e Social. Trata-se da construção desse campo do conhecimento, apontando alguns trabalhos da literatura. Conclui apresentando algumas perspectivas em relação à investigação nessa área.

Odécio Sanches  
Departamento de Epidemiologia e Métodos  
Quantitativos em Saúde  
Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz

---

*Worldwide Variation in Human Growth.*  
Phyllis B. Eveleth & James M. Tanner.  
Cambridge: Cambridge University Press,  
1990. 2ª ed., 397 p., figuras, tabelas,  
bibliografia. (Brochura)  
ISBN 0-521-35916-3

*Worldwide Variation* é uma importante obra que chega à segunda edição. Juntamente com a primeira, publicada em 1976, constitui o mais completo levantamento de estudos sobre crescimento físico e maturação em escala mundial atualmente disponível, de autoria de duas reconhecidas autoridades. Em 1976, foram revisados os estudos publicados entre 1964 e 1974, e a edição mais recente cobre o período 1974-1988. As duas edições são, portanto, complementares.

O livro é dividido em onze capítulos, alguns descritivos e outros mais teóricos. Os capítulos 2 a 7 tratam do crescimento físico de populações tão díspares como europeus e aborígenes australianos, incluindo ainda aquelas de descendência africana, asiática, indo-mediterrânea e da região do Pacífico. Os autores optaram, portanto, por uma divisão com base em critérios históricos e geográficos. Os capítulos restantes abordam aspectos metodológicos (capítulo 1), variações nos padrões de maturação (capítulo 8), influências genéticas e ambientais sobre o

crescimento (capítulos 9 e 10, respectivamente) e crescimento na infância e adolescência vis-à-vis doenças crônicas na fase adulta (capítulo 11).

O capítulo 1 é uma introdução aos métodos de estudo do crescimento e um resumo do conteúdo do livro, comparando-o com a primeira edição. A propósito, as duas são estruturalmente bastante semelhantes, quer na divisão dos capítulos, quer na forma de apresentação dos dados. Há sub-itens de interesse, como a breve discussão sobre estimativa e agrupamento de idades, seleção de amostra e análise e apresentação de dados de crescimento obtidos a partir de inquéritos transversais, longitudinais e de desenho amostral misto. Ainda que o tratamento dos tópicos seja superficial, os autores referenciam publicações onde discussões mais pormenorizadas podem ser encontradas.

Os capítulos 2 a 7 tratam de populações específicas e são estruturados de forma semelhante. Os dados de antropometria descritiva do capítulo 2 ("Europeus na Europa") são utilizados como base para comparação nos capítulos subsequentes. A justificativa apresentada pelos autores é que pesquisas sobre crescimento físico com populações residentes na Europa comprazem a maior parte dos estudos disponíveis utilizando metodologia padronizada. Aliado a isto, comparadas com os agrupamentos de